



# Da religião em Marx e Durkheim: reflexões sobre economia, cultura e autonomia na *modernidade dos clássicos*

Mayra Resende Costa Almeida<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Religião, dicotomia economia/cultura, teoria sociológica clássica.

**Resumo:** Este ensaio busca lançar algumas reflexões acerca do conceito de religião presente nas teorias de Karl Marx e de Émile Durkheim, visando observar a problematização dos autores sobre a religião, sua relação na dicotomia economia/cultura e, ainda, sua relação com a formação da autonomia dos sujeitos. Na até então considerada dicotomia economia/cultura, a religião em Marx tomava lugar juntamente às formulações ideológicas resultantes de um sistema de exploração, que reproduziam e justificavam tal sistema, além de indicar em si uma forma de alienação. Durkheim, em contrapartida, toma a religião como espaço primeiro de produção do sagrado, que possibilita a vida em sociedade, ao estabelecer normas e conteúdos morais fundamentais para a socialização dos indivíduos. Para a análise da teoria de Marx (contemplando também as contribuições de Engels) são usados, principalmente, os textos *A ideologia alemã* e *A questão judaica*, buscando refletir sobre a construção da antítese espírito/matéria. Para Durkheim, são utilizados *As formas elementares da vida religiosa* e *Ética e sociologia da moral*, visando refletir acerca da antítese sagrado/profano, bem como sobre a construção do “sagrado social”, derivada primariamente da religião.

---

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, no momento de envio do artigo, em agosto de 2009. E-mail: [mayra\\_resende@yahoo.com.br](mailto:mayra_resende@yahoo.com.br)

A Sociologia, enquanto disciplina que busca refletir sobre os processos e conteúdos envolvidos na formação de uma sociedade, “surge” em um contexto de busca por ressignificações da vida social a partir de um movimento motivado pelo “colapso” no mundo das ideias, provocado pela queda do Antigo Regime e, conseqüentemente, por mudanças na forma de perceber o mundo. As esferas política, econômica e religiosa deixam de configurar em contextos de profunda interligação, passando a existir com maior autonomia, modificando radicalmente a condição do sujeito em um “novo tempo”, nomeado Modernidade. Essa dinâmica social que inaugura o surgimento de um novo campo de conhecimento surge tendo como uma das pautas de investigação o estudo do desenvolvimento da autonomia moral dos sujeitos.

Este ensaio busca lançar algumas reflexões acerca do conceito de religião presente nas teorias de Karl Marx e de Émile Durkheim, visando observar a problematização dos autores sobre a religião, sua relação na dicotomia economia/cultura e, ainda, sua relação com a formação da autonomia dos sujeitos. A escolha desses dois autores para uma análise comparativa do conceito de religião não se dá por acaso. A relação econômico-cultural é apresentada com claras diferenças, já que em Marx observamos uma proposta de intercurso teórico que preza a análise do econômico enquanto esfera social que antecede e influencia diretamente o cultural. Considerando as relações e forças produtivas como base do social e criticando a filosofia alemã de seu tempo, Marx busca claramente apontar para a necessidade de se investigar o empírico, sobrepondo ações reais ao campo das ideias. O trabalho, categoria central para análise marxiana e que acontece enquanto “ação real”, se apresenta como verdadeira esfera ontológica para o ser humano. Durkheim, em contrapartida, em sua busca por investigar como é possível a sociedade discute questões como normatividade e moralidade, tomando o cultural como *locus* de produção da sociedade, sobrepondo cultural ao econômico, ideias e símbolos





sociais a interesses e ações reais. Os sistemas cultural e econômico poderiam ser descritos a partir da antítese sagrado/profano, respectivamente, onde o sagrado é visto como antiprodutivo, contemplativo e, em última instância, normativo.

Partindo dessas ideias centrais nas teorias dos sociólogos estudados neste texto, a investigação focará em descrever como é apresentado o papel da religião na dinâmica social e como esta se relaciona com os sistemas econômico e cultural de uma sociedade e, a partir desses pontos, também refletir sobre a relação entre religião e produção de sujeitos autônomos no contexto moderno dos autores clássicos. Para a análise da teoria de Marx, são usados, principalmente, os textos *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007) e *A questão judaica* (MARX, 2008), buscando refletir sobre a construção da antítese espírito/matéria. Para Durkheim, são utilizados *As formas elementares da vida religiosa* (DURKHEIM, 1996) e *Ética e sociologia da moral* (DURKHEIM, 2006), visando refletir acerca da antítese sagrado/profano, bem como da construção do “sagrado social”, derivada primariamente da religião.

## Da religião em Karl Marx: reverberando a alienação

No prólogo de *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007), Marx apresenta sua crítica central, que norteará a construção da teoria dialético-materialista. Para o autor, desde os primórdios os homens fazem representações falsas de si mesmos, organizando suas relações com base em representações de deus(es) e outras ideologias, fazendo com que os produtos de suas mentes se tornem descolados do que realmente importaria: a realidade vivida. Em uma clara crítica à concepção filosófica de mundo vigente na época – de um mundo dominado pelo “mundo das ideias” (dos devaneios e fantasias humanas)

–, Marx alerta para a urgência em rebelar-se contra o “império dos pensamentos” que toma a Alemanha e inviabiliza mudanças concretas na história do país, já que revoluções não se promovem pelas ideias, mas sim pela ação real.

A produção das ideias, das representações e da consciência está em primeiro lugar directa e intimamente ligada à actividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens, aparecem ainda aqui como a emanação directa do seu comportamento material. (...) Ao encontro da filosofia alemã que desce do céu para a terra, é da terra para o céu que se sobe por aqui [*sic*]. (MARX; ENGELS, 1972, p. 87)

O pensamento dos seguidores de Hegel é criticado em função da sobreposição consciência/realidade. Eliminar as ilusões somente seria possível ao tomar como ponto central – para perceber a história real – a categoria trabalho, e todos os elementos nela incluídos (forças de produção, relações de produção etc.). Desloca-se, portanto, o debate do plano das “ideias puras” para a realidade concreta, onde essas ideias são geradas, propondo como método a investigação das condições reais que permitem que tais ideias (falsas) existam e tenham tanta força em uma sociedade.

Segundo Emir Sader, na apresentação da edição brasileira de *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007, p. 9-15), Marx e Engels buscam analisar a ideologia alemã a fim de criticar o que nomeavam “atraso alemão”, percebido no aprisionamento da sociedade em estruturas arcaicas, de sociedades pré-capitalistas. Os alemães canalizavam as energias para a mente, gerando “maravilhosas obras do espírito”, quando deveriam destinar essas energias à derrubada do Antigo Regime e à “queda da Bastilha alemã”. É possível perceber nessa ideia sinais da dicotomia economia/cultura apresentada já de forma hierarquizada, onde os espaços de construção das “obras do espírito” é posto como menos importante, já que o urgente é a verdadeira mudança política e social na Alemanha. Durante longo período





permanece, nesse país, a contraposição entre a *Kultur* e o processo de *Zivilization*, muito bem apresentados por Norbert Elias em *O processo civilizador* (ELIAS, 1994). A *Kultur* consistia na resposta alemã à dominação cultural dos franceses, presente na aristocracia e na manifestação superficial e afetada da nobreza, bem diferentes da cultura alemã, tida como mais profunda e referindo-se a fatos intelectuais e artísticos. Apresentava-se como reflexo de um estrato da *intelligentsia* alemã, distante da atividade política, cuja legitimação advinha, principalmente, das realizações de caráter intelectual, científico e artístico. Os traços secundários para esse espírito alemão seriam de ordem política, econômica e social, referindo-se à matéria e não ao espírito.

É possível pensar que a crítica apresentada por Marx e Engels, ao apontar que na Alemanha a canalização das energias se dava para obras do espírito, tinha como alvo a própria *Kultur* alemã e a ideia vigente na filosofia dos neo-hegelianos acerca da sobreposição do mundo das ideias em relação ao mundo de ações reais. A cultura estava hierarquicamente colocada acima do que ocorria no mundo real, o mundo das ações de Marx, de onde somente surgiriam mudanças reais e que eram de fato importantes para a sociedade alemã. A economia aparece, portanto, como foco de análise da teoria marxiana, *locus* verdadeiro de modificação política e que consiste na base de uma sociedade. Toda a ideologia social partiria do que a sociedade tem como tipos de relação e força de produção. Para Marx, não é o “céu que manda na terra”, mas sim o contrário. Na dicotomia economia/cultura, o autor busca alertar para a ilusão de se pensar que são as ideologias e as demais formações que compõem o campo ideacional que ditam uma sociedade.

Ao afirmar que a vida determina a consciência, Marx e Engels criticam a “fixação” dos alemães por períodos ligados à tradição, ao passado, dificultando o desenvolver de uma história de seu próprio tempo. A realidade objetiva seria falseada ao tomar como mais importante o mundo das ideias, gerando um autoengano que inviabiliza

efetivas transformações do mundo. A verdadeira revolução somente seria possível se iniciada pelo campo material, refletindo-se por sua vez no campo das ideias, uma vez que as ideias da classe dominante tornariam-se as ideias dominantes da sociedade. Ao mesmo tempo em que é detentora da força de produção (matéria), torna-se, também, a força intelectual (espírito) dominante. Enquanto parte do produto intelectual de uma sociedade, a religião seria, para Marx, determinada pela base social: produto da produção material humana que se reflete na produção ideacional. As “formulações nebulosas” do cérebro seriam sublimações necessárias do processo de vida material, constatáveis empiricamente e encontradas sob bases materiais. Dessa forma, a moral, a religião e demais ideologias perderiam a aparência de autonomia, não possuindo – ao contrário do que se colocava – história ou desenvolvimento próprio. E não seria possível pensar o mundo das ideias como uma esfera autônoma, subjugando o mundo e a realidade.

A *superestrutura*, apresentada por Marx como composta pelos elementos simbólico-ideológicos de uma sociedade, seria condicionada pelo modo como os seres humanos estão organizados no processo produtivo. A religião presente em uma sociedade, enquanto parte da superestrutura, seria resultado da dinâmica de produção (econômica), (re)alimentando a estrutura social existente. Para analisarmos a religião, não poderíamos pensá-la a partir de si mesma, enquanto esfera autônoma, mas sim como produto da sociedade, da dinâmica presente na vida material de uma dada sociedade. A crítica da religião feita por Marx ocorre dentro de uma teoria que considera as criações ideológicas advindas do capitalismo como devaneios e fantasias humanas, que são frutos de um sistema de alienação e que estão em diálogo com esse sistema. O combate à nebulosidade do pensamento que toma a Alemanha somente seria possível quando o ser humano – ao desenvolver e ver reconhecida sua própria produção material – transformar, a partir da realidade, o próprio pensar.





Em geral, o reflexo religioso do mundo real só desaparecerá quando as condições do trabalho e da vida prática proporcionarem ao homem relações transparentes e racionais com os seus semelhantes e com a natureza. A vida social, de que a produção material e as reclamações que implicam formam a base, não se libertará da nuvem mística que a encobre senão no dia em que for obra de homens livremente associados, agindo conscientemente e senhores do seu próprio movimento social. (MARX; ENGELS, 1972, p. 166)

No texto *A questão judaica* (MARX, 2008), o autor afirma que, por apresentar-se em um contexto de exploração (sociedade capitalista), a religião cristã é produto ideológico de uma superestrutura que produz alienação e impede que o ser humano se transforme plenamente no que tem de mais natural: no *homo faber*, que se realiza pelo trabalho<sup>2</sup>.

Nesse texto, Marx busca criticar as ideias apresentadas por Bruno Bauer acerca da questão judaica e da emancipação política de um indivíduo religioso. Ao contrário do que afirma Bauer, o simples desaparecimento das características relacionadas à religião não significa necessariamente a abolição da religião em uma sociedade. Como exemplo, apresenta a dinâmica religiosa nos Estados Unidos (descrita por Tocqueville em *A Democracia na América*), onde existe um Estado laico e intensa atividade religiosa. O problema da ideia de Bauer está, segundo Marx, em não distinguir a emancipação política da emancipação humana. A emancipação política não requer, necessa-

---

2. Segundo Marx e Engels (2007), o ser humano distingue-se do animal justamente porque pode produzir seus próprios meios de subsistência e sua vida material. A capacidade de trabalho, o poder de transformação da natureza e o acúmulo de saberes úteis para a vida material são determinantes para a diferenciação entre o ser humano e os outros animais. Quando os autores problematizam o contexto de surgimento do ser humano ilustram tal situação afirmando que o relacionar-se com outras pessoas e objetos é característica do ser humano. O próprio surgimento de formas de comunicar-se seria uma forma de consciência da incompletude e da necessidade de relacionar-se com outros para vivenciarmos plenamente nossa natureza. Somente quando deixamos de nos relacionar com o exterior, condicionados pela natureza e em relações limitadas entre outros seres humanos, deixamos a condição animal para a condição propriamente humana. Essa condição humana consiste em transformar de forma consciente a natureza, a fim de produzir a vida material.

riamente, que os judeus e demais religiosos renunciem à sua religião, sendo apenas a emancipação humana possível de realizar seu completo desaparecimento. O Estado emancipado da Igreja, tal como vemos nos Estados modernos em função da secularização, não necessariamente se encontra em um contexto de emancipação real das “nuvens nebulosas da religião” para Marx. Obtêm-se liberdade religiosa e não libertação total da religião. A emancipação propriamente humana somente ocorreria quando o ser humano recupera em si o “cidadão” (em um sentido universal e abstrato) e se converte, enquanto ser individual, em ser genérico, organizando sua ação no mundo como força social para fins na sociedade, visando resultados para todos. A emancipação humana consistiria, portanto, na superação do conflito entre a existência individual e a existência genérica do homem.

Para o autor, é preciso livrar-se verdadeiramente da religião, que propicia uma felicidade ilusória, além de advogar privilégios para os que nela creem, impedindo que a verdadeira emancipação se estabeleça igualmente entre todos os seres humanos. A teoria marxiana considera a função da religião compatível com a estrutura de dominação sobre o proletariado, propiciando justificativas para a condição de explorado e ilusões sobre uma melhor condição em um futuro distante, como a ideia de paraíso pós-morte. O bem-estar e a realização que teriam direito nesse mundo são projetados para o futuro, em um movimento de alienação, tal como ocorre na dinâmica do capital, impedindo que o indivíduo se realize como dono de sua própria força produtiva.

A crítica da religião em Marx, como é possível perceber, vem juntamente à crítica do sistema econômico capitalista. Existindo a influência da vida material na produção de crenças em uma sociedade, tanto a religião analisada no texto – o judaísmo – como outras religiões possuem ligação com a economia da sociedade burguesa. O autor apresenta fortes críticas ao judaísmo, descrevendo-o como uma “pseudo-religião”, cujo deus é o dinheiro, e seu triunfo, a produção







capitalista. As peças fundamentais dessa religião seriam o egoísmo e a usura. Acabando-se a usura acabaria também o judaísmo na visão de Marx.

Em linhas gerais, Marx busca alertar para a necessidade de rebelar-se contra o domínio do campo das ideias, incluindo aí as crenças religiosas e as representações de deus(es), afirmando que tal postura é possível, já que a religião, enquanto produto social, não possui uma história própria ou autonomia. Assim, os deuses criados pelos seres humanos podem ser combatidos. Essa ideia sobre a produção social da religião também é adotada por Durkheim e, podemos afirmar, torna-se base para legitimar os estudos de Sociologia da Religião posteriores. O que nos chama atenção na leitura de Marx é que a religião é alimentada por ideias produzidas a partir de uma dinâmica econômica exploratória. Já em Durkheim, como veremos, a religião não somente pertence a um campo hierarquicamente superior ao campo econômico, como a descreve como *locus* primário de produção do sagrado, importante para a produção de normas, regras e costumes que possibilitam a existência de uma sociedade.

## Da religião em Émile Durkheim: produzindo a moralidade

Em *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim tem como proposta estudar a religião “mais básica” (nas palavras do autor, “primitiva”), a fim de observar o espaço social primeiro de produção de representações coletivas, fundamentais para o existir em sociedade. A religião é tida como produto da sociedade, não possuindo história ou autonomia. Tal como Marx, Durkheim toma a religião como criação dos seres humanos, porém a relevância dada à questão difere, já que o sociólogo francês busca estudar as regras sociais – que permanecem na base de nossa mentalidade – por sua origem na religião “mais elementar”.

Um dos temas que direciona o interesse de Durkheim para a religião pode ser apontado como a questão da moralidade nas sociedades modernas, bem como a produção social dessa moralidade e de outros conteúdos simbólicos importantes que viabilizam a vida em sociedade. Existiria uma evidente relação entre a moral e a religião, uma vez que a religião reúne conteúdos que engendram a capacidade de não seguir interesses egoístas, em um movimento de renúncia possibilitado pela ideia de sagrado. A sociedade é, para Durkheim, uma “unidade moral” que só existe com a produção do sagrado. O sagrado possibilitaria a promoção de sacrifícios visando obedecer a uma “força inexplicável”, que não se sabe ao certo de onde ou pelo que vem, mas que se sente como dever obedecer. A religião teria produzido, portanto, a subordinação de interesses egoístas (profanos) aos interesses morais (sagrados).

As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para criá-las, uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas ideias e seus sentimentos; longas séries de gerações nelas acumularam sua experiência e seu saber. (...) É a autoridade da sociedade mesma, comunicando-se a certas maneiras de pensar que são como as condições indispensáveis de toda ação comum. A necessidade com que as categorias se impõem a nós não é, portanto, o efeito de simples hábitos de cujo domínio poderíamos nos desvencilhar com um pouco de esforço, não é também uma necessidade física ou metafísica, já que as categorias mudam conforme os lugares e as épocas: é uma espécie particular de necessidade moral que está para a vida intelectual assim como a obrigação moral está para a vontade. (DURKHEIM, 1996, p. XXII - XXV)

O sagrado da religião seria uma espécie de manifestação primeira das representações morais de uma sociedade. Ao organizar ideias e classificá-las em sagrado/profano, alma/corpo, dentre outras dicotomias, as representações coletivas são categorizadas e hierarquizadas na mente dos indivíduos, possibilitando a eficiência de uma organização social que a longo prazo não perece. No estudo sobram as formas elementares da vida religiosa. Durkheim nos revela que a organização





dos símbolos sociais – que ocorre primeiramente no campo religioso ainda de forma muito simples – indica os primeiros esboços de uma classificação propriamente social que conforme o tempo se amplia. As crenças em um “mundo não-físico” são processos simbólicos que originam o comunicar-se, bem como as categorias e classificações necessárias para a organização de uma vida social<sup>3</sup>. A sociedade, possuindo funcionamento e dinâmica próprios, sobrevive em função das hierarquias e classificações criadas para as representações coletivas. Tal hierarquização sobrepõe o sagrado ao profano, a alma ao corpo, o espírito à matéria, o social ao econômico.

Uma coisa é sagrada porque inspira, por uma razão qualquer, um sentimento coletivo de respeito que a subtrai aos ataques profanos. Para explicar esse sentimento, os homens ora o relacionam a uma coisa vaga e imprecisa, ora a um ser espiritual determinado, dotado de um nome e de uma história; mas essas interpretações diferentes se juntam a um processo fundamental que é o mesmo nos dois casos. (DURKHEIM, 1996, p. 279)

Durkheim afirma que a religião não é somente um sistema de ideias, mas sim um verdadeiro sistema de forças sociais, cuja função é criar coesão. O ser humano – em sua origem ainda *proto-moral* – somente desenvolveria sentimentos de cooperação e solidariedade com o surgimento de símbolos religiosos, que compelem a agir sob efeito de uma espécie de força sobrenatural. Tal força levaria a executar determinadas ações, seguindo um padrão ditado por uma espécie de

---

3. É interessante notar a diferença entre essa ideia e o pensamento de Marx. Ambos nos colocam que a vida social se inicia a partir da autoconsciência do ser humano enquanto ser dependente de relações com outros seres humanos. Porém, em Marx vemos essa interdependência e a autoconsciência percebidas na necessidade de modificação da natureza, do trabalho. O significado da vida se dá no campo econômico e o princípio de tudo está na ação de modificação no mundo. Já Durkheim nos coloca que tal interdependência surge a partir dos símbolos criados e da dinâmica moral que se inicia para tornar a sociedade possível. O significado da vida se dá no campo cultural e na criação de símbolos e representações coletivas que dotam de sentido o existir em sociedade.

“autoridade de senso comum”. Dessa forma, surgem primeiramente na religião padrões constantes de ação que se tornam (ou se esperam) comuns a maior parte dos membros de uma sociedade e que, com o tempo, tornam-se conteúdos da moral, do direito e de outras esferas sociais.

Para o sociólogo francês, a moral não é um simples sistema de regras abstratas que as pessoas trazem gravadas na consciência. Consiste em um sistema de funções, formado e consolidado sob a pressão de necessidades propriamente coletivas. As causas, condições e conteúdos da moral em uma sociedade devem ser buscados na própria sociedade. As leis que seguimos, formuladas pelo direito, são na verdade manifestações cotidianas compreendidas e formuladas com maior clareza. As leis existentes em uma sociedade seriam as leis que a sociedade julga como necessárias. Dessa forma, perceberemos claramente que, para Durkheim, as causas morais interferem em todo o campo social, inclusive no meio econômico. Enquanto Marx afirma que a economia é a esfera social que está presente em tudo, pelas relações e forças de produção de uma sociedade, reverberando inclusive no “tipo de moral” presente em uma sociedade, Durkheim afirma que é a moral (ou seja, os conteúdos simbólicos normativos que se organizam sob forma de regras sociais) que está presente em tudo, enquanto manifestação do “sagrado social”.

## Considerações Finais

Conforme apresentado neste texto, tanto para Durkheim quanto para Marx a religião é produto do social. Para o primeiro, é *locus* de produção do sagrado, importante enquanto produtor de normas que viabilizam a existência da sociedade. Nos temas que investiga, a religião se apresenta como categoria central para o estudo sobre os espaços de produção do sagrado na sociedade moderna, as questões de





ordem e coerção moral, e o problema da anomia. Para o segundo teórico, a religião é espaço de replicação da dominação, resultante de um sistema econômico capitalista. A alienação produzida por tal sistema se encontra, também, na esfera religiosa e como a proposta principal do autor é a derrubada da classe dominante, conseqüentemente suas ideias (ideologias) também devem ser percebidas como fruto da alienação que precisam ser suprimidas da sociedade.

A concepção de “natureza humana” revela como os autores lidam com a dicotomia economia/cultura. Para Durkheim, a natureza contraditória do humano (altruísmo x egoísmo) não se deixaria apaziguar se não houvesse uma simbologia do sagrado que, ao promover classificação e hierarquização, geraria um protótipo de moralidade social, introjetando nos sujeitos contenções e objetivos compartilhados com outros membros da sociedade. A religião se configuraria como *locus* de produção da autonomia dos sujeitos, colaborando para o desenvolvimento de uma pedagogia da independência. A convivência possível em uma sociedade estaria muito atrelada aos resultados produzidos pela religião, como símbolos que estabelecem normas de agir e dotam de sentido a vida em grupo, introjetando nos indivíduos interesses que vão além do simples bem-estar material e privado.

(...) Somos tanto mais pessoas quanto mais livres dos sentidos, quanto mais capazes de pensar e agir por conceitos. Os que insistem, pois, em tudo o que há de social no indivíduo, não pretendem, com isso, negar ou rebaixar a personalidade. Apenas se recusam a confundi-la com individuação. (DURKHEIM, 1996, p. 288)

Para Marx, a natureza humana refere-se ao ser humano que produz suas próprias formas de subsistência e vê nesse trabalho o sentido para existir, enquanto humano. A cooperação entre indivíduos surge, portanto, não de simbologias sacralizadas, mas da necessidade de trabalho em comunidade. O sagrado em Marx está no trabalho, na atividade cotidiana de modificação da natureza. O egoísmo que o teórico critica se manifesta pelo não cumprimento de uma natureza humana

que produz e que vê em sua própria produção o sentido de sua existência. O sistema capitalista, enquanto causador de alienação, retira do indivíduo esse direito de reconhecer-se em seu trabalho e, com sua natureza egoísta, busca sempre o lucro a todo custo.

A ideia do ser humano genérico nos dois autores também é norteadada pelas categorias de economia e cultura, pautadas pela necessidade de autonomização dos sujeitos na sociedade moderna. Em Marx, o ser humano se realiza pelo trabalho, pela produção, ou seja, no campo econômico. A religião impediria a realização total do ser humano pelo trabalho individual visando o bem-estar geral, uma vez que implica em descrições e projeções para um futuro que justificam a exclusão e a diferenciação entre indivíduos no mundo real. A consciência de si plenamente desenvolvida impediria que os sujeitos caíssem em um estado de alienação. Uma vez que, para o teórico alemão, era evidente a íntima ligação entre a *infraestrutura* composta pelas relações e forças de produção (ou seja, pelo sistema econômico vigente), e a *superestrutura*, produto da base social que consistia nos conteúdos ideacionais de uma sociedade (dentre eles a religião), a religião seria não só produto ideacional da dinâmica econômica como sua legitimadora. A religião, portanto, alienaria os sujeitos de sua “missão real”, não abrindo espaço para sua autonomização. A alienação os deixaria dependentes de explicações metafísicas para o entendimento do devir ser da vida.

Já para Durkheim, a concepção de humanidade se dá pela perspectiva da moral, produzida primariamente pela vida religiosa por meio da ideia de sagrado. A moralidade carregaria em si o verdadeiro potencial de universalização, permitindo que o indivíduo enxergue em si mesmo um ser humano genérico. Todas as interdições que o indivíduo possui, ao mesmo tempo em que lhe interdita determinadas ações, o protege dessas ações serem praticadas por outros seres humanos, em uma espécie de “comunhão pela moral”. A consciência de si plenamente desenvolvida na teoria durkheimiana impediria que os sujeitos caíssem em um estado de anomia e desorganização social.





Em linhas gerais, as reflexões apresentadas neste artigo sobre as definições de religião nos dois teóricos pioneiros e referenciais na sociologia clássica foram colocadas visando apresentar possíveis diálogos dessas definições com as noções de economia, cultura e autonomia dos sujeitos. A comparação entre Marx e Durkheim se mostra de extrema relevância ao revelar o diferente trato dado pelos autores na dicotomia economia/cultura presente nas ideias de sua época. Hoje, é evidente o desdobramento dessa dicotomia, tornando difícil uma análise sociológica pelo viés monocausal, seja pela economia, seja pela cultura. As problematizações já apresentadas em Weber sobre o politeísmo de valores e a afinidade eletiva indicavam uma mudança na forma de encarar o que hoje não são mais apontadas como esferas opostas e, em certa medida, excludentes. Ainda que as interpretações teóricas tenham se modificado, não se torna menos relevante a reflexão da religião e sua relação com as esferas econômica e cultural, já que para pensarmos dinâmicas religiosas contemporâneas é preciso refletir sobre ambas as esferas buscando seus intercruzamentos.

## Referências

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ética e sociologia da moral*. São Paulo: Landy, 2006.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – Volume 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre a religião*. Paris: Éditions Sociales, 1972.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

## Da religião em Marx e Durkheim

MARX, Karl. *A questão judaica*. Domínio público, 2008. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>>. Acesso em julho de 2008.



Dossiê Temático